



PERCURSOS DO
MAPA DAS
DESIGUALDADES
NO DISTRITO FEDERAL

Dezembro de 2020

Autoras:
Cleo Manhas e Leila Saraiva
ASSESSORAS POLÍTICAS DO INESC

INTRODUÇÃO



O Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) é organização da sociedade civil, com 41 anos de atuação na defesa, promoção e proteção de direitos humanos, em âmbitos local, nacional e internacional. Trabalhamos com vários temas, tendo o orçamento público como costura entre educação, meio ambiente, saúde, reforma do sistema político, direito à cidade, atuando com e para crianças e adolescentes, jovens, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, mulheres etc.

A partir de 2012, junto com outras organizações locais, fundamos o Movimento Nossa Brasília, que se organiza em rede e articula pessoas, movimentos sociais, iniciativas e organizações comunitárias que compartilham a defesa do Direito à Cidade e dos Direitos Humanos com uma perspectiva crítica, popular e coletiva.

Um dos produtos desenvolvidos em parceria Inesc/Nossa Brasília é o Mapa das Desigualdades, elaborado desde 2016, com o intuito de fotografar as desigualdades desse território que vem a ser o Distrito Federal e suas várias cidades.

O Mapa nos mostra com nitidez como os diversos governos tratam o território, como as políticas públicas são oferecidas ou como a função social do Estado se ausenta das periferias, mostrando apenas a face repressora e genocida, ampliando obstáculos para a população negra e periférica.

Nosso objetivo é pautar decisões governamentais com dados e com participação social, para que as políticas públicas sejam balizadas principalmente pelo ataque às desigualdades, com ações afirmativas para as populações mais vulneráveis.

CIDADE PLANEJADA, DESIGUALDADES ESCANCARADAS

Brasília, o Distrito Federal do Brasil, é também conhecida pela desigualdade entre seus territórios desde sua concepção. Quando autoridades governamentais, empresários e empreiteiros aqui aportaram, tinham a firme decisão de que quem veio construir a cidade não ficaria: apenas os funcionários públicos e quem mais eles quisessem que poderiam usufruir da festa preparada para a nova capital. Ou seja, só para convidados.

Outro fator fundamental para o *ethos* local é a não consideração das populações que já viviam por aqui, suas comunidades, organizações e cidades no novo desenho. Um bom exemplo é o Quilombo Mesquita, que fica no entorno e sofre investidas constantes dos grileiros, dificultando a vida de várias famílias centenárias que aqui estavam quando resolveram transformar o local na capital do país.

O capitalismo segue no sentido oposto às cidades democráticas, os espaços urbanos estão permeados e dominados pela lógica de mercado e a tese vigente dentro desse sistema é da privatização dos espaços e das políticas públicas que, além de monopolizadas por segmentos sociais mais abastados e brancos, vão desaparecendo à medida em que se afastam do centro para a periferia.



DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL

Se verificarmos a forma de distribuição espacial de Brasília encontramos várias cidades dentro de um único município. É explícito como no Plano Piloto, onde estão os palácios e os órgãos das governamentais locais e nacionais, se concentram postos de trabalho, equipamentos de cultura, segurança pública, saúde e educação de melhor qualidade, em detrimento das periferias que vivem como cidades dormitórios, com acesso precário ou sem acesso aos direitos.

Brasília é uma cidade relativamente nova, vem da década de 1960, e é formada por migrantes de diversas partes do país. No entanto, há os que vieram para trabalhar no governo e para isso receberam benesses e aqueles que vieram para fazer o trabalho pesado da construção dos palácios e moradias. Os primeiros vieram em maioria do Sudeste e os “outros” do Nordeste, para quem foram destinadas as periferias, ou o regresso, pois não eram mais bem-vindos após a construção. Isso se reflete nas relações sociais até os dias atuais.

A distribuição de terras estruturou-se dentro da lógica colonial que nos permeia até o século XXI. Terras concentradas nas mãos de poucos, grilagens de porções de terras e aos demais periferias distantes. Se movimentos sociais ocupam são taxados de invasores e expulsos com muita violência.



BRASÍLIA, UM PROJETO SEGREGADOR

O projeto de Brasília foi segregador desde o nascedouro, com a separação entre a elite do funcionalismo e os operários. Resultando no segundo território mais desigual do Brasil, atrás de Sergipe e empatado com Piauí, com índice de Gini¹ em 2018, de 0,56, enquanto o país possui índice de 0,54, ou seja, a média do DF é maior que a média nacional. Apenas como exemplo: dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD/2018) registram que a renda domiciliar média per capita no Lago Sul, área nobre do DF, é R\$ 8,3 mil, enquanto na Cidade Estrutural é R\$ 533.

Desde 1956, a partir de concurso para o projeto urbanístico proposto pelo então presidente Juscelino Kubitschek e vencido pelo urbanista Lúcio Costa, várias famílias migraram para construir o sonho de expansão da interiorização do Brasil, e assim como os trabalhadores escravizados do século XIX, elas foram expulsas de determinados espaços sem que ao menos tivessem resguardado seu direito a terra. Pouco a pouco, as ditas invasões vão nascendo. Assim surge o Centro de Erradicação de Invasões (CEI), hoje conhecida como Ceilândia, a maior e mais populosa região administrativa do Distrito Federal.

(...)Brasília reproduziu as contradições da modernização brasileira em escala inaudita. Sem entrarmos no significado do projeto, basta lembrar que a capital foi erguida em quatro anos num dos canteiros mais selvagens da história. Alojados em condições subumanas, trabalhando mais de doze horas por dia, obrigados a fazer viradas e horas extras incessantes, centenas de 'candangos' morreram, quando não caídos dos andaimes, assassinados a mando da construtora. Ao fim, não tiveram direito a um espaço na cidade e fizeram suas casas precárias nos acampamentos satélites. Brasília talvez tenha realmente sido a síntese da arquitetura brasileira, mas longe de mostrar na 'beleza' de seus palácios as esperanças de uma 'alvorada', ela parece encarnar a própria promessa monstruosa da modernização brasileira. (ARANTES, 2002)²

¹ Coeficiente de Gini é o indicador de desigualdade, calculado pelo Italiano Gini, que mede a distância entre as maiores e as menores rendas, quanto mais Próximo de 1 mais desigual.

² ARANTES, Pedro Fiori. Arquitetura nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas a mutirões. Ed. 34, São Paulo, 2002.

A CIDADE PLANEJADA



A capital federal foi planejada para ter equipamentos públicos importantes e palácios imponentes mas também, na concepção de Lúcio Costa, uma cidade horizontalizada que aproximasse mais as pessoas e proporcionasse uma convivência comunitária. Contraditoriamente, passo a passo materializou-se como uma das maiores cidades do país e, ao mesmo tempo, uma das mais elitistas. A segregação sócio-espacial-racial solidificou-se! O que significa dizer que tais equipamentos públicos (assim como determinados direitos) limitam-se àqueles que estão no centro, deixando relegadas as periferias que se ampliaram significativamente ao longo dos anos de consolidação dessa nova região.

O centro de Brasília é caracterizado principalmente pelo Plano Piloto, ou centro histórico, foi idealizado por Lúcio Costa, influenciado, dentre outros, pelo urbanista francês Le Corbusier, setorizando os espaços. De acordo com o Portal do Arquiteto, o nome Plano Piloto é oriundo do projeto urbanístico e passou a designar toda a área resultante do projeto original.

A construção de Brasília obedece aos preceitos da famosa Carta de Atenas, documento redigido pelo arquiteto franco-suíço Le Corbusier na ocasião do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, em 1933. O documento preconiza o zoneamento seletivo, com uma divisão de áreas segundo quatro funções: habitar, trabalhar, circular e recrear. A área para os prédios do governo não se misturaria, assim, com as áreas de habitação. Foram estes os princípios que orientaram o projeto urbanístico criado por Lúcio Costa para a capital do Brasil.³

A consolidação de Brasília como território caracterizou-se pelo fato de o Estado ter o monopólio de boa parte dos imóveis e terrenos do Plano Piloto. Além disso, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) e, posteriormente, a Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap)¹ possuíam o domínio de oferta de novos terrenos, diminuindo a quantidade de projeções disponíveis e contribuindo muito para a especulação imobiliária e o aumento do preço dos imóveis, provocando, dessa forma, uma crescente periferização. Houve acirramento do processo de afastamento daqueles mais pobres, os chamados candangos², do Plano Piloto.

O que o Mapa das Desigualdades, ao fotografar a realidade, nos traz é a possibilidade de denunciar dentro e fora do território, as atrocidades políticas aqui cometidas e perpetuadas, visto que para os olhares forasteiros, fica difícil de ver, pois estão afastados das vistas, distantes, separados por muitas horas de transporte público caro e precário.

⁴Empresas públicas do Governo de Brasília.

⁵Nome atribuído aos migrantes que se deslocaram para construir Brasília.

O MAPA DAS DESIGUALDADES DO DISTRITO FEDERAL



Diante das profundas desigualdades que constituem o Distrito Federal, como exposto anteriormente, uma ferramenta como o Mapa das Desigualdades nos parecia feita sob encomenda para analisar e incidir em nosso território. Para isso, nos inspiramos inicialmente no Mapa das Desigualdades elaborado pelo Movimento Nossa São Paulo, uma sistematização e análise dos indicadores produzidos naquela cidade⁶.

Foi assim que, em 2016, apresentamos a primeira edição do Mapa das Desigualdades DF, pensando a princípio em uma pesquisa por indicadores desagregados para que pudéssemos cruzá-los e termos a fotografia dos territórios. No entanto, logo percebemos que não seria legítimo elaborar uma ferramenta voltada para os movimentos sociais, sem a participação dessas pessoas, nos locais onde atuam. Assim, acrescentamos, à análise dos indicadores, a preocupação de trazer participação dos movimentos, coletivos e pessoas com quem trabalhávamos para uma produção colaborativa da ferramenta.

Também estava explícito para nós, do Movimento Nossa Brasília, que não teríamos fôlego para estarmos em todos os locais, visto que temos 31 regiões administrativas no Distrito Federal. Naquela primeira edição, resolvemos que estaríamos nos territórios com os quais tínhamos proximidade, Samambaia, São Sebastião e Cidade Estrutural.

Em Samambaia organizamos roda de conversa em uma escola de ensino médio, ocupada pelos estudantes, com a participação de lideranças comunitárias, estudantes, representantes de movimentos culturais locais. Escolhemos uma música de artista local para ser a inspiração da discussão. Neste local foi a música “O Chafariz”, de Markão Aborígene, então residente de Samambaia e ativo nos movimentos culturais. Em São Sebastião a roda de conversa foi realizada na instituição local Paulo Freire, e trabalhamos a música “Imagem de Rua”, autoria do SOS Periferia. Na Cidade Estrutural o encontro foi na Casa dos Movimentos e trabalhamos a música “Na Quebrada”, do grupo Visão Realista.

⁶ <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Mapa-da-Desigualdade-2020-MAPAS-site-1.pdf>



A partir das produções locais desenvolvemos um diálogo sobre a cidade, seus espaços, sua vida cultural, oferta de educação, saúde, transporte e ainda sobre as possibilidades de ir e vir. Em seguida selecionamos junto com os grupos quais indicadores queríamos ver trabalhados e discutidos com o Poder Público. O Mapa, nesta edição, foi utilizado em escolas locais nas aulas de geografia. Nas edições seguintes, elaboradas em 2018, 2019 e 2020 fomos também experimentando e incrementando a abordagem qualitativa dos indicadores, como podemos ver na linha do tempo a seguir:

2016

LINHA DO TEMPO

Nossa Brasília lança a 1ª edição do Mapa das Desigualdades do Distrito Federal



- Análise de indicadores quantitativos produzidos pela Codeplan desagregados nas cidades da Estrutural, Samambaia e São Sebastião;
- Reunião com movimentos e coletivos locais para escolha dos aspectos mais importantes a serem abordados;
- Conexão com produção cultural das cidades envolvidas;
- Publicação do Mapa das Desigualdades a partir da produção coletiva;
- Lançamento do Mapa das Desigualdades com a participação de moradores das três cidades visitadas.
- Apresentação do Mapa em escolas e coletivos locais.

Movimento Nossa Brasília lança livro de crônicas sobre a cidade Estrutural

2018



- Foco na análise dos impactos das desigualdades no território da Cidade Estrutural, com análise de dados quantitativos;
- Reuniões com comunidade local para mobilização, construção de linha do tempo da história da Cidade Estrutural e apresentação de resultados da pesquisa;
- Introdução das etnografias populares, formação em etnografia e realização de grupos focais;
- Produção de vídeos e fotografias a partir dos dados analisados e da realidade local;
- Sistematização em forma de livro de contos: Uma Cidade em Crônicas.



Movimento Nossa Brasília lança segunda a edição do Mapa das Desigualdades do DF



Foco na análise das desigualdades referentes à mobilidade urbana e gênero nos territórios do Paranoá e do Itapoã, com análise de dados quantitativos;

Produção de vídeos a partir dos dados analisados e da realidade local;

Reuniões com comunidade local para mobilização de jovens interessados/as em participar do processo;

Realização de grupos focais;

Realização de oficina literária com jovens mulheres e LGBTQIA+ que resultou na produção do livro "764: da barragem pra cá";

Lançamento do livro em "Parada Viva", evento de rua para reivindicar o direito à cidade e ao transporte.



2020

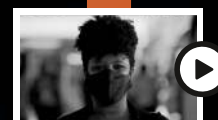


No contexto da pandemia do novo Coronavírus, optamos por investir no Mapa como ferramenta de incidência;

Construção da AGENDA 10 DF que, a partir da análise de indicadores evidenciados pela pandemia, recomenda 10 ações a serem levadas a cabo pelos poderes públicos do Distrito Federal para enfrentar as desigualdades em nosso território no ano de 2021;

Produção de vídeos e fotografias para divulgar as 10 recomendações;

Produção de presskit para divulgação da Agenda 10 DF.



2021



AS POTÊNCIAS VINDAS DAS COMUNIDADES, A DESPEITO DAS DESIGUALDADES

As experimentações metodológicas feitas ao longo das diversas edições do Mapa das Desigualdades no DF conversam tanto com a avaliação crítica dos desafios encontrados em campo como com a rica discussão da teoria social acerca da problemática da abordagem da pobreza e das desigualdades. Assim, em nossos processos de investigação, levamos à sério a crítica de que os estudos sobre a desigualdade seguem enfrentando o desafio de ver nas comunidades estudadas principalmente a *falta*: *falta* de equipamento públicos, *falta* de assistência social, *falta* de participação política, *falta* de Estado.

Se é bem verdade que a comparação que emerge dos dados aponta para uma cruel diferença no atendimento das elites e dos chamados setores populares no que tange à vida na cidade, a denúncia dessa desigualdade politicamente estruturada não pode recair em uma invisibilidade da agência, experimentações e construções desses mesmos setores.

Trata-se, é bom dizer, de um caminho tortuoso: o de seguir denunciando a perversidade da forma como a cidade se estrutura sem, no entanto, condenar as pessoas que a enfrentam cotidianamente a simples vítimas dessa estrutura. A opção por apostar simplesmente na denúncia, além de tomar o modo de organização da elite como emblema da sociedade¹⁰, corre o risco de trabalhar na direção contrária de nossa intenção política: se queremos, principalmente, transformar o cenário que vivemos, atribuir às pessoas uma posição passiva não ajuda, mas, em direção oposta, torna este cenário perene e insuperável.

A possibilidade de mudança e enfrentamento das desigualdades reside, ao contrário, na criatividade, imaginação e relações que emergem dessas pessoas. Assim, escapar deste paradigma da ausência foi uma das nossas primeiras preocupações quando nos

¹⁰ BORGES, Antonádia. “Explorando a noção de etnografia popular: comparações e transformações a partir dos casos das cidades-satélites brasileiras e das townships sul-africanas”. In: Cuadernos de Antropología Social N° 29, pp. 23–42, 2009© FFyL – UBA – ISSN:

propusemos a elaborar o Mapa das Desigualdades, desde sua primeira edição no DF com a escuta e construção junto aos movimentos atuantes nas regiões analisadas e, de forma mais pungente, ao trazermos as abordagens qualitativas para o nosso processo de pesquisa.

É importante ressaltar como essa necessidade de deixar a ausência de lado nos foi posta pelo próprio trabalho junto às comunidades. Lembremos, por exemplo, da nossa primeira reunião com o grupo que levaria à cabo a pesquisa na Cidade Estrutural (edição 2018). O objetivo da conversa era pensarmos como construiríamos a pesquisa naquele território e a primeira pergunta que fizemos foi qual a relação dos jovens ali presentes com a pesquisa no geral.

Alguns de nossos parceiros estavam construindo sua trajetória na universidade, outros não, então o objetivo ali era ficarmos mais ou menos na mesma página. A conversa, no entanto, foi para outro rumo: o que apareceu na roda foi fundamentalmente um rancor com as pesquisas feitas na cidade que, por um lado reafirmavam um estigma da vida por lá e, por outro, não traziam nenhum ganho para “os pesquisados”.

Foram vários os relatos que ali surgiam pesquisadores que sazonalmente, construíam relações com as comunidades, depois escreviam os seus trabalhos e nunca mais voltavam, ou apenas transformavam a vida daquelas pessoas em uma espiral de lamentação em meio ao maior lixão da América Latina. O nosso primeiro acordo naquele grupo, assim, foi que não gostaríamos de cair em alguma das duas armadilhas: nem reafirmar a imagem de ausência, nem construir algo que não pudesse ser apropriado pelos/as moradores/as da cidade.



O DIREITO À CIDADE CONTADO PELOS DESLOCAMENTOS: UM OLHAR A PARTIR DE RAÇA E GÊNERO



ESCRITA LITERÁRIA

O processo foi diferente na edição de 2019, cujo objetivo era investigar os cruzamentos de raça e gênero com as vivências da mobilidade urbana do Paranoá e Itapoã. Ali, resolvemos sair de campo e propor menos uma pesquisa conjunta e mais um experimento literário, onde o grupo de jovens com que trabalhamos participaria de oficinas de escrita e produziria um livro coletivo sobre suas experiências.

Tal opção se deu a partir de uma análise de que a sistematização final da edição anterior acabou sublimando a autoria dos e das jovens envolvidos no processo, a partir da opção de contratação de consultor externo para elaboração do produto final. Na edição de 2019 a autoria dos/as participantes foi parte importante para o impacto do projeto e resultou também no estímulo à criação artística e literária que já mobilizava os/as envolvidos/as.

A IMPORTÂNCIA DE SE ESTABELEECER RELAÇÕES

Outro aspecto indispensável para a construção dos Mapas com a inserção da abordagem qualitativa foi o fato de já termos relações políticas minimamente estabelecidas com os territórios nos quais levaríamos a cabo a pesquisa. O tempo dos projetos não é o mesmo tempo de uma pesquisa de campo e, assim, sem relações prévias estaríamos impossibilitadas de construir uma vivência de fato cotidiana na cidade e de ver além dos indicadores sociais produzidos longe dali.

No caso da Cidade Estrutural, o Inesc atua naquele território desde 2012, tendo participado de sua vida política e comunitária. No Itapoã e Paranoá, as relações eram mais frouxas, mas havia também certa inserção que nos possibilitou entrar em contato e construir o projeto.

Mesmo assim, é importante ressaltar que nem a edição de 2018 nem a de 2019 passaram incólumes a turbulências e conflitos em sua realização: guarda-se por ali, não sem razão, grandes desconfiças tanto de pesquisadores/as – pelos motivos relatados anteriormente – como de organizações da sociedade civil exógenas – pela também sazonalidade da atuação nas regiões, branquitude de seus quadros e pelo acesso a recursos que não chegam diretamente aos territórios – o que nos coloca em posição duplamente delicada e exige sensibilidade e trabalho contínuo para manutenção dos laços.

Desta forma, fizemos a opção por lidar com o conflito como aspecto constitutivo do processo, pensando a partir dele e entendendo-o como fruto das desigualdades de poder e voz em nossa sociedade.

REFLEXÕES NECESSÁRIAS

Por fim, há três aspectos que seguem nos provocando reflexão nos processos que até agora construímos: i) a questão da escala; ii) a dificuldade de abordar de forma qualitativa também a vida das elites em locais profundamente desiguais; e, iii) o desafio de transformar o Mapa das Desigualdades em ferramenta de incidência política.

Em relação à escala, sabemos que os pequenos grupos com os quais nos relacionamos nesses territórios não são representativos das regiões, mas são uma expressão da vida possível por ali e, justamente por seu caráter não-hegemônico, trazem à tona a multiplicidade que constitui a vida urbana, não reduzida à grandes números.

A confluência dessas experiências com os indicadores nos possibilita ver a cidade ao mesmo tempo com o olhar macro e micro. Já em relação à invisibilidade das elites nesses dois produtos, apesar de serem sempre tratadas por comparação, pensamos que um aspecto a ser incorporado nas próximas edições do Mapa é a inserção de incursões etnográficas, junto a nossos anfitriões, também nas localidades privilegiadas: apostamos que a visão de jovens periféricos(as) acerca desses locais nos trará boas questões para pensar e atuar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Ao longo do texto fomos apresentando os caminhos trilhados, os ganhos e as provocações de cada opção e o que nos trouxeram de conhecimento e interação com as pessoas e os territórios. E como enriqueceu nossa própria visão sobre esse grande território, formado por outros tantos, que vem a ser o Distrito Federal.

Temos enormes desafios pela frente, a começar pela sustentabilidade do próprio Movimento Nossa Brasília e a dificuldade de mobilizar recursos para dar continuidade às reformulações do Mapa, com a possibilidade de abarcarmos mais regiões administrativas, para ampliar olhares sobre as desigualdades, ou dar escala; a importância de pesquisar as elites para que não apenas as ausências, mas também os excessos sejam explicitados não só com números, mas com vozes. E, por fim, fazer com que a ferramenta ganhe vida própria e seja de fato instrumento de incidência.

Portanto, relatar a experiência é forma de compartilhar com outras organizações e movimentos o nosso “como fazer” e poder trocar respostas às diferentes abordagens de algo que nos une, que são as desigualdades. No entanto, a escolha de mostrar as potências em meio a tantas ausências, ao nosso ver, garante que as vozes estejam presentes e possam articular o que há por trás de números e indicadores. Como as pessoas vivem e convivem em suas cidades e de que forma percebem seus direitos, ou os seus não direitos.

Ainda, há maior legitimidade e apropriação das produções, ao assegurar que as pessoas se sintam parte dos processos e produtoras de conteúdo, além de contadoras de suas próprias histórias em primeira pessoa, não em terceira.

Outro grande desafio é incidir junto ao Governo do Distrito Federal (GDF) para que a Companhia de Planejamento do DF (Codeplan) elabore indicadores desagregados por territórios, raça/etnia, gênero etc, não apenas em pesquisas de percepção, como é a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD), visto que temos dificuldade cruzar dados, ou encontrar indicadores para várias áreas, o que nos impede de ter um retrato com alta definição, ou mesmo dificulta os gestores a planejarem políticas públicas.

Por fim, apesar dos belos processos construídos coletivamente, ainda vemos dificuldades no Mapa das Desigualdades se transformar de fato em ferramenta de incidência política para além dos momentos de construção do projeto. A edição em andamento, com a construção da Agenda 10 DF, procura, justamente, dar conta dessa avaliação.



EQUIPE INESC

CONSELHO DIRETOR

Enid Rocha Andrade da Silva
Júlia Alves Marinho Rodrigues
Luiz Gonzaga de Araújo
Márcia Anita Sprandel
Pedro de Carvalho Pontual

CONSELHO FISCAL

Iliana Alves Canoff
Lucas de Alencar Oliveira
Mario Lisbôa Theodoro
Suplente: Roseli Faria

COLEGIADO DE GESTÃO

Iara Pietricovsky de Oliveira
José Antonio Moroni

COORDENADORA DA ASSESSORIA POLÍTICA

Nathalie Beghin

GERENTE FINANCEIRO, ADMINISTRATIVO E DE PESSOAL

Maria Lúcia Jaime

ASSISTENTE DA DIREÇÃO

Adriana Silva Alves
Ana Paula Felipe
Marcela Coelho M. Esteves

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO

Silvia Alvarez
Ana Carolina Soares
Thaís Vivas

ASSESSORIA POLÍTICA

Alessandra Cardoso
Carmela Zigoni
Cléo Manhas
Leila Saraiva Pantoja
Livi Gerbase
Luiza Pinheiro
Márcia Acioli
Tatiana Oliveira

ASSESSORIA TÉCNICA

Dyarley Viana de Oliveira

EDUCADOR/A SOCIAL

Thallita de Oliveira Marcus Silva

CONTADORA

Rosa Diná Gomes Ferreira

ASSISTENTE DE CONTABILIDADE

Ricardo Santana da Silva

TÉCNICO DE INFORMÁTICA

Cristóvão Frinhani

Auxiliares Administrativos

Adalberto Vieira dos Santos
Eugênia Christina Alves Ferreira
Isabela Mara dos Santos da Silva
Josemar Vieira dos Santos

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Roni Ferreira Chagas

ESTAGIÁRIOS/AS

Cássia Cristina
Icaro Sousa
Victor Queiroz
Walisson Braga da Costa

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - MOVIMENTO NOSSA BRASÍLIA

Tâmara Jacinto

PROJETO GRÁFICO

Nara Oliveira (Estúdio Gunga)

APOIO INSTITUCIONAL

BIC – Bank Information Center
Charles Stewart Mott Foundation
CLUA – Climate and Land Use Alliance
Fastenopfer
FLD- Fundação Luterana de Diaconia
Fundação Avina
Fundação Ford
Fundação Heinrich Böll
Fundação Itaú Social
Fundar
IBP – Center on Budget and Policy Priorities
ICS – Instituto Clima e Sociedade
KNH – Kindernothilfe
Malala Fund
Misereor
OSF – Open Society Foundation
Oxfam Brasil
Pepsico do Brasil
PPM – Pão para o Mundo
Pulsante
Rainforest
SAGE- New Venture Fund

INESC – INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Endereço: SCS Quadra 01 - Bloco L, no 17, 13o Andar
Cobertura - Edifício Márcia
CEP 70. 3037-900 - Brasília/DF
Telefone: + 55 61 3212-0200
E-mail: inesc@inesc.org.br
Página Eletrônica: www.inesc.org.br



**PERCURSOS DO
MAPA DAS
DESIGUALDADES
NO DISTRITO FEDERAL**

